

A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Gestão e práticas pedagógicas



Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2022

A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Gestão e práticas pedagógicas



Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



A educação enquanto fenômeno social: gestão e práticas pedagógicas

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação enquanto fenômeno social: gestão e práticas pedagógicas / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0421-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.217220908>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Diante do atual cenário educacional brasileiro, resultado de constantes ataques deferidos ao longo da história, faz-se pertinente colocar no centro da discussão as diferentes questões educacionais, valorizando formas particulares de fazer ciência e buscando superar problemas estruturais, como a desigualdade social por exemplo. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas postos pela contemporaneidade é um desafio, aceito por muitos professores/as pesquisadores/as.

A área de Humanas e, sobretudo, a Educação, vem sofrendo de trato constante nos últimos anos, principalmente no que tange ao valorizar a sua produção científica. O cenário político de descuido e de trato com as questões educacionais, vivenciado recentemente e agravado com a pandemia, nos alerta para a necessidade de criação de espaços de resistência. Este livro, intitulado “**A Educação enquanto fenômeno social: Gestão e práticas pedagógicas**”, da forma como se organiza, é um desses lugares: permite-se ouvir, de diferentes formas, os diferentes sujeitos que fazem parte dos movimentos educacionais.

É importante que as inúmeras problemáticas que circunscrevem a Educação, historicamente, sejam postas e discutidas. Precisamos nos permitir ser ouvidos e a criação de canais de comunicação, como este livro, aproxima a comunidade das diversas ações que são vivenciadas no interior da escola e da universidade. Portanto, os inúmeros capítulos que compõem este livro tornam-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, considerando os diversos elementos e fatores que o intercrusa.

Neste livro, portanto, reúnem-se trabalhos de pesquisa e experiências em diversos espaços, com o intuito de promover um amplo debate acerca das diversas problemáticas que permeiam o contexto educacional, tendo a Educação enquanto fenômeno social importante para o fortalecimento da democracia e superação das desigualdades sociais.

Os/As autores/as que constroem essa obra são estudantes, professores/as pesquisadores/as, especialistas, mestres/as ou doutores/as e que, muitos/as, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos/as autores/as e discussões por eles/as empreendidas, mobilizam-se também os/as leitores/as e os/as incentivam a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma provocativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

DESIGUALDADES SOCIAIS, COMPETÊNCIAS DIGITAIS E O DUALISMO NA EDUCAÇÃO

Ana Flávia Braun Vieira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2172209081>

CAPÍTULO 2..... 10

NARRATIVAS NO COTIDIANO ESCOLAR: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA COORDENAÇÃO DE BAIXA VISÃO DO INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT

Eliana Leite Assis Figueiredo


Inês Barbosa de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2172209082>

CAPÍTULO 3..... 22

A TRANSDISCIPLINARIDADE NO ENSINO DE LITERATURA: DA EDUCAÇÃO BÁSICA AO ENSINO SUPERIOR


Priscilla Cláudia Pavan de Freitas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2172209083>

CAPÍTULO 4..... 35

TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: O PAPEL DO PROINFO

Karen Angélica Seitenfus

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2172209084>


CAPÍTULO 5..... 46

ESTUDIO DE CASOS, UNA EXPERIENCIA DE APRENDIZAJE CON ESTUDIANTES NORMALISTAS

García Pereda Hilda

Ramírez Ramos Rubén

Avilés Quezada Daniel

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2172209085>

CAPÍTULO 6..... 61


A EXPANSÃO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS RESSONANDO UMA CULTURA DIGITAL NA EDUCAÇÃO CONTEMPORANEA







Maria Lúcia Gomes Barbosa

Laila Vitória dos Passos Ambrozio Pereira

Patrícia Generozo Pataro

Scarlet Karen Buzzi


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2172209086>

CAPÍTULO 7.....	77
USES AND APPLICATIONS OF VIRTUAL REALITY IN EDUCATION	
Jesús Alberto Flores-Cruz	
Elvira Avalos Villarreal	
Cesar David Ramírez Ortiz	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.2172209087	
CAPÍTULO 8.....	90
O (NÃO) TRABALHO DOS PROFESSORES DURANTE A PANDEMIA: DERIVAS DE SENTIDO E SILENCIAMENTO	
Deyvid Braga Ferreira	
Maria do Socorro Aguiar de Oliveira Cavalcante	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.2172209088	
CAPÍTULO 9.....	101
A IMPORTÂNCIA DA INFLUÊNCIA CULTURAL E MUSICAL COMO MÉTODO EDUCATIVO	
Renan Bordião Nogueira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.2172209089	
CAPÍTULO 10.....	104
FATORES FAMILIARES QUE CONTRIBUEM PARA A FORMAÇÃO LEITORA DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL I	
Ana Lúcia da Silva Cruz	
Evanete Alves de Oliveira	
Aníbal Barrios Fretes	
Edimara Alves de Almeida	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.21722090810	
CAPÍTULO 11.....	116
DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS <i>TIPOS PEDAGÓGICOS</i> NO CAMPO JURÍDICO BRASILEIRO	
Lucas Gabriel Duarte Neris	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.21722090811	
CAPÍTULO 12.....	128
DIFICULDADES DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS TECNOLÓGICOS EM SALA DE AULA POR PROFESSORES DE MATEMÁTICA DO 6º AO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ARRAIAL – PI	
Antônio Marciel de Jesus Gonçalves	
Jairo Menezes Ferraz	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.21722090812	
CAPÍTULO 13.....	140
AS CONTRIBUIÇÕES DAS TIC'S PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA	

REVISÃO DA BIBLIOGRÁFICA

Janaina Ribeiro Pireda Teixeira Lima

Nadir Francisca Sant'Anna

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.21722090813>

CAPÍTULO 14..... 147

A MAGIA DOS CLÁSSICOS INFANTIS COMO RECURSO DE APRENDIZAGEM

Ilma Lopes Torres de Lima

Luimar Lopes Torres e Souza

Maria da Conceição Barroso da Silva Santos


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.21722090814>

CAPÍTULO 15..... 163

REVENTAR A EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Marcelo Bruno da Silva Maceno

Maria Aparecida de Jesus Tosta

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.21722090815>

CAPÍTULO 16..... 169

CORPO EM MOVIMENTO-TRABALHANDO A PSICOMOTRICIDADE

Deusani da Silva Góes

Fátima Leite

Gessy Padilha da Luz

Rosilene da Luz Morales Minari

Terezinha Leite de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.21722090816>


CAPÍTULO 17..... 180

AS VIDEOAULAS NA EDUCAÇÃO: OBJETO DIGITAL DE APRENDIZAGEM PRODUZIDO EM AULAS REMOTAS DE MATEMÁTICA

Márcia Regina Sousa de Olanda

Lucivaldo dos Santos Lima

Kayla Rocha Braga

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.21722090817>

CAPÍTULO 18..... 190

UMA NOVA DEFINIÇÃO DE MONITORIA: ADAPTAÇÃO AO ENSINO REMOTO DE MATEMÁTICA POR MEIO DO GERENCIAMENTO DE AMBIENTES VIRTUAIS E UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS DIGITAIS

Mateus Vinícius Santos de Azevedo

Lígia Danielly Rocha dos Santos

Jackson Gomes da Silva

Désio Ramirez da Rocha Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.21722090818>


CAPÍTULO 19..... 196

CONFEÇÃO E APLICAÇÃO DE JOGOS COMO SUBSÍDIOS PARA A ABORDAGEM DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO FUNDAMENTAL

Larissa de Lima Cardoso

Claudia da Silva Leão

Maria Rosileide Bezerra de Carvalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.21722090819>

CAPÍTULO 20..... 210

LA INFLUENCIA DE LAS REDES SOCIALES EN EL APRENDIZAJE DE ESTADÍSTICA DESCRIPTIVA

José Oscar Huanca Frias


Rene Eduardo Huanca Frías

Juan José Apaza Justo

Julio Rumualdo Gallegos Ramos

Vitaliano Enriquez Mamani

Yaneth Carol Larico Apaza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.21722090820>

CAPÍTULO 21..... 218

FERRAMENTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA COMPETÊNCIA DIGITAL DOCENTE

Vânia Aparecida Lopes Leal

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.21722090821>

CAPÍTULO 22..... 232

MODELOS DIDÁTICO PEDAGÓGICOS PARA INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS

Alecia Saldanha Manara

Fabiane Cristina Farsen Hunemeier


Josiane da Rosa Kersch

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.21722090822>

CAPÍTULO 23..... 240

DISCALCULIA: IDENTIFICAR E INCLUIR

Jussara Bernardi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.21722090823>

CAPÍTULO 24..... 250

A UTILIZAÇÃO DE JOGOS EDUCACIONAIS PARA MELHORAR A ALFABETIZAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: UMA REVISÃO NARRATIVA


Maria da Penha Nóbrega Uchoa cordeiro




Maurilia Quinta Moreira

Ana Paula da Costa Almeida

Mary da Silva Costa Brandão

Lenilza Cardoso Tavares

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.21722090824>

CAPÍTULO 25	262
AULA INVERTIDA: UMA EXPERIÊNCIA NA DISCIPLINA DE ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL	
Anna Cristina Barbosa Dias de Carvalho	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.21722090825	
CAPÍTULO 26	271
PERCEÇÃO DOS ESTUDANTES DO PRIMEIRO SEMESTRE DE NUTRIÇÃO DA UNIFOR SOBRE A METODOLOGIA DE ENSINO TEAM BASED LEARNING	
Lucas Ribeiro de Senna Souza	
Marília Porto Oliveira Nunes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.21722090826	
CAPÍTULO 27	279
O USO DE PLATAFORMAS DIGITAIS E DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO NA EDUCAÇÃO MÉDICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Lucas Carvalho Vasconcelos	
Moany Alves Cisne	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.21722090827	
SOBRE O ORGANIZADOR	281
ÍNDICE REMISSIVO	282

CAPÍTULO 11

DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS TIPOS PEDAGÓGICOS NO CAMPO JURÍDICO BRASILEIRO

Data de aceite: 01/08/2022

Lucas Gabriel Duarte Neris

<http://lattes.cnpq.br/6469021873944308>

<https://orcid.org/0000-0003-4645-8503>

Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do projeto de pesquisa “Observatório de práticas jurídicas: uma análise do campo profissional”, com o apoio de incentivo financeiro governamental, sob orientação do Prof. Dr. Mário Sérgio Falcão Maia.

RESUMO: Trata-se de uma pesquisa epistemologicamente compreensiva que recorre à análise documental de um *corpus* de perfil qualitativo, pelo qual materializar-se-á determinados tipos epistemológicos pedagógicos de ensino no campo jurídico brasileiro. De maneira específica, descreve-se as práticas pedagógicas concretas reunidas no *corpus* de pesquisa e examina-se as especificidades encontradas nos dois tipos de ensino jurídico objetos deste trabalho: a formação de cursinhos e a formação acadêmica universitária. Para a formação do padrão de controle, recorreu-se ao raciocínio indutivo a partir da análise de um *corpus* formado por Manuais de Direito Constitucional. Para a formação do *corpus* de análise do ensino de cursinhos, recorreu-se aos variados documentos que materializam o ensino de Direito Constitucional nessa modalidade. Conclui-se que o ensino no campo jurídico brasileiro se materializa a partir de tipos epistemológicos pedagógicos que se vinculam

às metodologias de aprendizagens propostas para o tipo ideal.

PALAVRAS-CHAVE: Campo jurídico profissional, Cursinhos preparatórios, Ensino manualesco, Faculdades de Direito, Tipos pedagógicos.

DESCRIPTION AND ANALYSIS OF PEDAGOGICAL TYPES IN THE BRAZILIAN LEGAL FIELD

ABSTRACT: It is an epistemologically comprehensive research that uses documentary analysis of a corpus with a qualitative profile, by which certain pedagogical epistemological types of teaching in the Brazilian legal field will materialize. Of specific training, it is described as concrete pedagogical practices gathered in the training corpus and it is examined as specificities in the two types of teaching objects: that of training courses and teaching. For the formation of the control pattern, inductive reasoning was used from the analysis of a corpus formed by Manuals of Constitutional Law. For the formation of the corpus of analysis of the teaching of pre-college courses, we resorted to the various documents that materialize the teaching of Constitutional Law in this modality. It is concluded that teaching in the Brazilian legal field is materialized from pedagogical epistemological types that are linked to the learning methodologies proposed for the ideal type.

KEYWORDS: Juridical Professional Field, Preparatory courses, Manual teaching, Law Schools, Pedagogical types.

1 | INTRODUÇÃO

As pesquisas do *Observatório de práticas sociojurídicas*¹ se concentram na análise das práticas no âmbito do campo jurídico profissional (BOURDIEU, 2004). Em geral as pesquisas realizadas sobre o ensino jurídico se concentram nas atividades desenvolvidas no ambiente universitário das faculdades de Direito do país (BRITO, 2008). Nesse ambiente institucional “tradicional” já se sabe que o “produto” acadêmico exemplar é o manual de direito (MAIA, 2018). São “produtos” acadêmicos feitos pelos juristas e caracterizados pelo perfil panorâmico e pelo manuseio das chamadas “fontes do direito”: norma, doutrina e jurisprudência.

Esta pesquisa também analisa as práticas pedagógicas de ensino do direito em ambientes de ensino que se podem chamar de não tradicionais. O ambiente “não tradicional” pode ser identificado por exclusão, ou seja, é todo ambiente onde se ensina “direito” que não seja o ambiente institucional das Faculdades de Direito. Selecionou-se para a análise esses dois tipos pedagógicas de ensino jurídico pois acredita-se que são práticas significativas para o entendimento do processo amplo de massificação da formação e das práticas jurídicas que se vivem atualmente (MAIA, 2018).

A sociedade está cada vez mais habituada a judicializar, isso significa que as pessoas recorrem cada vez mais ao Direito para o tratamento de diversos conflitos. Estudar o processo de formação desses agentes de controle é um importante tema da antropologia das sociedades complexas (LATOURET, 2010).

2 | TIPOS PEDAGÓGICOS E O DEBATE DO ENSINO JURÍDICO NO BRASIL

Para situar o objeto de estudo em relação às diferentes contribuições acadêmicas a respeito do ensino jurídico brasileiro, se faz necessário a exposição de uma revisão teórica sobre o que já foi explorado acerca do assunto, (ANJOS; MENDES, 2015). Dessa forma, para adentrar ao debate do ensino jurídico brasileiro, deve-se ter em mente as especificidades da formação jurídica propostas para o ensino superior no país, nas quais destacam-se a necessária transmissão de segurança jurídica ao jurista em formação e o fato de que os cursos jurídicos, via de regra, estão calcados no positivismo jurídico (ALVES; MUJABED; ROCHA, 2016).

Nesta perspectiva de análise do ensino jurídico brasileiro, acredita-se que o estudo do Direito está para além do ambiente institucional tradicional, do estudo sistemático do conjunto normativo positivado e das emanações jurídicas, razão pela qual o ensino jurídico brasileiro também engloba as atividades pedagógicas dos cursinhos jurídicos. Dessa maneira, apresenta-se uma revisão dos trabalhos científicos sobre o ensino jurídico produzidos no Brasil. Bittar (1995) estudou a reforma do ensino jurídico brasileiro orientada por meio da Portaria nº 1.886/1994. O autor analisou os aspectos da reforma considerados

¹ Grupo de pesquisa vinculado à Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA).

mais relevantes na sua concepção, como a “necessidade de conjugação entre teoria e prática; ou da execução da parte prática com a participação dos alunos” (BITTAR, 1995, p. 85).

Outra pesquisa (BOVE, 2006) focaliza uma visão histórica do ensino jurídico brasileiro. O trabalho teve por objetivos analisar os cursos jurídicos do país desde a época da colonização; e a problemática introduzida pela Lei Federal nº 9394/1996. O artigo de Carvalho (2011) analisa os principais motivos da má qualidade do ensino jurídico no Brasil e apresenta soluções que possam aprimorá-lo. Esta pesquisa contextualiza a situação dos professores e alunos de Direito, enfatizando a democratização do ensino jurídico, com vistas a observar as vantagens e desvantagens dessa política.

Nesse mesmo sentido é a pesquisa realizada por Silva e Serra (2017), que propõe reflexões críticas sobre a qualidade do ensino jurídico brasileiro. As autoras apresentam propostas de soluções para o enfrentamento do paradigma legalista de formação jurídica brasileira, tendo em vista que o modelo dogmático não tem conseguido responder de forma favorável demandas novas e antigas da sociedade contemporânea (SILVA; SERRA, 2017). Grijó (2005) analisou o ensino jurídico no Brasil em sua relação com a política partidária e com o papel de formação acadêmica e cultural das elites do país. O autor estabelece como objeto de pesquisa a Faculdade de Direito de Porto Alegre, desde a sua fundação em 1900 até 1937.

Outros trabalhos se concentram em análises sobre as crises do ensino jurídico brasileiro atual. O artigo de Gomes e Tassigny (2018) examina a temática relacionada à crise do ensino jurídico no Brasil sob a perspectiva do ensino positivo nas universidades brasileiras. Neste mesmo seguimento, a dissertação de Marocco (2011) visa à identificação dos fatores que sustentaram as crises no ensino jurídico e dos desafios à formação do profissional jurista do século XXI.

Numa outra gama de pesquisas, tem-se os estudos sobre a vivência da educação jurídica a partir da perspectiva dos discentes e docentes. A tese de Oliveira (2019) investiga a vivência da educação jurídica na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UNB) e na Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), nos contextos de diversidade étnico-racial e desigualdade socioeconômica dos discentes, a partir das falas dos estudantes, professores e gestores acadêmicos.

As abordagens se concentram no que se faz no ambiente universitário das faculdades de Direito do país. Elas pretendem compreender o processo de formação institucional dos graduandos e pós-graduandos em Direito do país a partir de diversas perspectivas: epistemológica, histórica, ideológica, institucional, política e pedagógica. As pesquisas realizadas sob essas perspectivas demonstram sua importância e utilidade no ambiente acadêmico (FONTAINHA *et al.*, 2015). A abordagem desse estudo é outra, são as práticas pedagógicas dos profissionais do ensino jurídico no país.

2.1 Conceituando os tipos pedagógicos

Na abordagem do processo de formação pedagógica do campo jurídico profissional, faz-se necessário identificar os modelos pedagógicos de ensino explícitos ou não, subjacentes à metodologia ideal proposta para o objetivo do tipo específico (ALBERO; PEIXOTO, 2011). Dessa forma, todos os processos educativos com seus respectivos métodos definidos fundamentam-se em um determinado tipo pedagógico, ou seja, alicerçam-se em um modelo que transmita conhecimento e modifique o comportamento do sujeito (LIBÂNEO, 2005).

Neste sentido, Albero e Peixoto (2011) conceituam os tipos pedagógicos como modelos teóricos que se caracterizam por indicadores que determinam os objetivos dos modelos de aprendizagem, dos modelos de ambientes de formação e das relações práticas com os objetos de suporte teórico (ALBERO; PEIXOTO, 2011). Portanto, são modelos de ensino que desenvolvem objetivos, funções e métodos que sejam capazes de guiar à transmissão de conteúdos, à formação de competências e ao desenvolvimento pessoal dos processos de ensino, com base em pressupostos teóricos específicos (PARRA, 1983).

Logo, a partir dos modelos específicos selecionados, a estrutura e a organização dos ambientes de formação determinam formas reconhecíveis de articulação entre objetos técnicos e intervenção humana nos planos de apresentação dos conteúdos, das interações formativas ou das relações entre os agentes e os instrumentos (ALBERO; PEIXOTO, 2011; PARRA, 1983).

Conseqüentemente, os tipos pedagógicos que provêm de epistemologias ou teorias do conhecimento distintas, com técnicas e métodos diversos, fundamentam estruturas de modelos de ensino dissemelhantes, com os objetos técnicos propostos para os planos de ações específicos de cada tipo (LIBÂNEO, 2005). De acordo com Albero e Peixoto (2011, p. 239), “estas estruturas, que provêm de concepções diferentes da relação com o conhecimento, com as técnicas e com a formação de pessoas, induzem e reforçam práticas muito distintas”.

Trabalhos teóricos no campo da pedagogia e interdisciplinares sobre outras áreas do conhecimento nos guiam à identificação de três modelos pedagógicos ideais (WEBER, 2004): as pedagogias da transmissão – cujo o cerne é a exposição magistral do ensino –; as pedagogias da formação – centradas nas competências e habilidades, ou seja, na modelagem comportamental –; e, por fim, as pedagogias do desenvolvimento – que privilegiam a construção do conhecimento pelo sujeito.

Distinguindo-se o primeiro tipo pedagógico, tem-se que as pedagogias da transmissão se concentram em duas modalidades de atividades, presenciais ou a distância, sendo o ambiente concebido de acordo com a finalidade da atividade de formação e as interações centradas na figura do emissor (BORDENAVE, 1999). Neste tipo pedagógico, o agente emissor detém os meios de controle audiovisuais, portanto, é ao agente de formação que

cabe a iniciativa da exposição e das intervenções necessárias (ALBERO; PEIXOTO, 2011).

De acordo com Bordenave (1999), a pedagogia da transmissão não está circunscrita nos ambientes de educação formal tradicional, mas naturalmente pode estar presente nos ambientes de preparação não formal.

De outro lado, as pedagogias da formação caracterizam-se como um tipo pedagógico que persegue os objetivos de individualização, centradas nas competências e habilidades dos estudantes. Neste tipo pedagógico, a formação dos aprendizes é estruturada a partir de habilidades que estão dispostas em rearranjos complexos (LIBÂNEO, 2005; ALBERO; PEIXOTO, 2011).

As pedagogias da formação são estruturadas por suportes técnicos que oferecem exercícios programados de atividades modelizadas que objetivam a formação de habilidades e competências capazes de modificar os modos de raciocínio, por meio de progressões ordenadas anteriormente definidas (ALBERO; PEIXOTO, 2011; PARRA, 1983).

As pedagogias do desenvolvimento, que têm por objetivo a construção do conhecimento pelo sujeito, nas estratégias de aprendizagem e metacompetências, “invertem as perspectivas quando destacam mais a estruturação dos ambientes que os próprios processos da aprendizagem” (ALBERO; PEIXOTO, 2011, p. 240).

Desse modo, as pedagogias do desenvolvimento apresentam e estruturam os elementos – exposição, exploração dos conhecimentos teóricos, disponibilidade dos instrumentos, interações sociais, controles e avaliações – de modo a estimular o trabalho independente dos sujeitos (LIBÂNEO, 2005; ALBERO; PEIXOTO, 2011).

Ressalta-se que os três tipos pedagógicos abordados podem ser encontrados sob formas híbridas no ensino contemporâneo (ALBERO; PEIXOTO, 2011). Assim, é preciso ter em mente que os tipos pedagógicos não se aplicam em modelos de aprendizagem muito diferentes ou opostos, apesar de possuírem aspectos e aplicações diversas.

Portanto, cada tipo pedagógico possui uma tendência natural de priorizar determinadas técnicas que correspondam de forma adequada aos objetivos metodológicos propostos para o modelo pedagógico adotado (LIBÂNEO, 2005). Nesta perspectiva, os métodos de aprendizagem subjacentes aos tipos pedagógicos não determinam apenas os meios técnicos pelo qual se materializam determinada pedagogia, eles definem, na mesma intensidade, a escolha de suas funções e dos papéis exercidos pelos atores do processo ensino e aprendizagem, expressando o *modus operandi* que corresponde ao modelo de aprendizagem proposto para o tipo específico (ALBERO; PEIXOTO, 2011).

3 | METODOLOGIA

Definiu-se dois critérios iniciais para a seleção documental: (I) a “função” do ensino institucional e (II) sua representatividade no campo. Isso significa que, para o “tipo” de ensino de cursinhos, considerou-se a “função” de aprovação em concursos como norte

principal para a seleção de material documental e que, para o “tipo” de ensino universitário, considerou-se a “função” de aumentar a confiança e “chance de sucesso” por meio do repasse de “experiências”.

No âmbito desta pesquisa, entende-se como ambiente institucional tradicional os centros universitários que concentram o processo de formação institucional dos graduandos e pós-graduandos em Direito no Brasil. Essa forma tradicional do ensino jurídico é indicativa de uma determinada orientação pedagógica que envolve o apego ao papel central do professor, à forma expositiva e ao uso das fontes “de autoridade”, cujo cerne consiste em repassar conhecimentos teóricos e experiências práticas para o exercício das profissões.

Os espaços de formação “não tradicionais” podem ser identificados por eliminação, são todos os espaços onde se repassam o ensino de Direito que não sejam os ambientes institucionais de graduação e pós-graduação em Direito. No âmbito desta pesquisa, entendemos como “formação de cursinhos” a formação cuja prática pedagógica é subordinada à “função” de aprovar os alunos no processo de seleção de pessoal estatal (FONTAINHA *et al.*, 2015).

3.1 Recorte metodológico e formação do *corpus* de análise

Para a formação do *corpus* de análise, definiu-se alguns critérios metodológicos que melhor refinassem o exame documental. Inicialmente, escolheu-se o Direito Constitucional como ramo do direito para seleção dos materiais. A preferência pelo Direito Constitucional se deu em virtude de sua importância para o mundo jurídico como um todo, haja vista se tratar do ramo do direito que serve de fundamento para todo ordenamento vigente, sobretudo por congregar no seu corpo a organização e o funcionamento do Estado, e estabelecer as bases da estrutura política.

Posteriormente, estabeleceu-se, também, como critério para formação do *corpus* de análise documental a escolha de materiais exclusivamente digitais – *PDFs* – compartilhados de forma virtual pelos concurseiros. Este critério se justifica pela abrupta virtualização das relações sociais, tendo em vista o contexto pandêmico da Covid-19, o que impossibilitou a realização de atividades presenciais diversas, como os encontros de estudo e as aulas presenciais. Os materiais impressos são menos comuns neste cenário, razão pela qual há uma maior difusão de livros e materiais digitais.

Por fim, como requisito último para formação do *corpus* de análise, recorreu-se aos manuais considerados *best-sellers* nacionais – franquias de sucesso – detentores de maior capital simbólico no campo, como também aos materiais mais compartilhados pelos concurseiros em uma série de fóruns virtuais visitados por candidatos aos cargos públicos. Concretamente, identificou-se os *best-sellers* a partir de uma pesquisa no site da Amazon², com o seguinte filtro, “livros mais vendidos”, e a seguinte palavra-chave, “Direito Constitucional”.

² <https://www.amazon.com.br/>.

Diante de uma quantidade razoável de manuais e materiais presentes nos ambientes virtuais frequentados pelos agentes, como também os manuais mais vendidos no site da Amazon, filtrou-se os *best-sellers* nacionais anteriormente identificados em consonância com os materiais que não foram identificados como *best-sellers*, mas que se percebeu uma maior recorrência dos concurreiros aos mesmos, seja pela maior disponibilidade do material didático, seja pela constante procura nos *chats* virtuais. Dessa forma, os manuais e os materiais que formam o *corpus* de análise documental foram escolhidos tomando-se em consideração os critérios já mencionados.

A partir dessa categorização, chegou-se aos seguintes manuais e materiais de Direito Constitucional: Curso de Direito Constitucional dos autores Gilmar Ferreira Mendes e Paulo Gustavo Gonet Branco (2020); Curso de Direito Constitucional Contemporâneo do autor Luís Roberto Barroso (2020); Curso de Direito Constitucional dos autores Ingo Sarlet, Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero (2019); Direito Constitucional do autor Alexandre de Moraes (2020); Manual de Direito Constitucional da autora Nathalia Masson (2020); Direito Constitucional Esquemático do autor Pedro Lenza (2020); Direito Constitucional Essencial do autor Luciano Dutra (2017); Direito Constitucional Descomplicado dos autores Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo (2017); Constituição Federal Anotada para concursos do autor Vítor Cruz (2017); e Constituição Federal para concursos dos autores Dirley Júnior e Marcelo Novelino (2016).

Neste sentido, após as definições do recorte metodológico e a seleção dos materiais para formação do *corpus* de análise, debruçou-se sobre os dados obtidos com o objetivo de melhor compreendê-los e sistematizá-los. Isto posto, os elementos indicadores e os dados obtidos fundamentaram a descrição das práticas pedagógicas a partir de elementos característicos que vinculam os modelos pedagógicos a um tipo específico de ensino do campo jurídico.

4 | OS TIPOS PEDAGÓGICOS NO CAMPO JURÍDICO BRASILEIRO

As análises dos materiais que compõem o *corpus* de análise permitiram identificar a autovisão dos professores descrita nos metatextos, ou seja, a ideia de que eles têm deles mesmos. Os materiais de concursos apontam o professor como alguém que viveu a realidade dos concurreiros e continua vivendo, agora, como professor, ou seja, exprimem a ideia de professor como “referência” de aprovação em concursos. Portanto, são valorizados pelo tempo de estudos em anos e pelas aprovações em concursos públicos, especialmente os mais concorridos (NOGUEIRA, 2015; FILHO, 2020).

Diferente do processo de contratação dos docentes do magistério superior, os professores do ensino de cursinhos são recrutados entre os profissionais de maior prestígio na ideologia concurreira e devem atender às expectativas dos postulantes aos cargos públicos (MEIRELLES, 2004; FONTAINHA *et al.*, 2015). São profissionais do ensino que

visam à instrumentalização do direito de forma pragmática, dinâmica e interativa em torno dos objetivos específicos para alcançar o resultado almejado: aprovação nos concursos públicos (NOGUEIRA, 2015).

A ideia desses materiais que são produzidos com o objetivo de transmitir, de forma literal, o direito positivo (das normas), os sistematizados posicionamentos dos tribunais e o entendimento das bancas organizadoras de concursos públicos, exprime de forma massificada os mesmos elementos de crise do ensino tradicional nos cursinhos jurídicos, como o paradigma da metodologia positivista de ensino jurídico.

Desse modo, as falas dos professores de cursinhos tendem a ser mais expositivas e centram-se no repasse de experiências acumuladas. Em suma, as falas dos professores de cursinhos pouco se diferem das falas dos professores do ensino jurídico tradicional. Neste tipo, os professores são vistos como detentores de notório saber jurídico e da autoridade do discurso (FILHO, 2020), e suas falas se caracterizam pela exposição com a participação ativa dos estudantes. Buscam, prioritariamente, a problematização dos conceitos e a proposição de soluções de casos específicos.

Os cursinhos jurídicos possuem métodos de ensino especializados e individualizados que objetivam “repassar” os assuntos efetivamente cobrados pelas bancas examinadoras. Conforme Meirelles (2004, p. 15), “os cursos preparatórios, tanto livres quanto institucionais, são voltados para o adestramento dos candidatos. Desde sua criação, mantém uma metodologia consistente na captação de posicionamentos individuais da banca e da jurisprudência dominante dos tribunais”.

Apesar de estruturas mais complexas e materialmente aparelhadas, a didática dos cursos preparatórios pouco se difere do ensino jurídico institucional: aulas expositivas com ênfase na memorização objetiva do conteúdo, reprodução das normas e dos posicionamentos dos tribunais (MEIRELLES, 2004; FONTAINHA *et al.*, 2015). Conforme Meirelles (2004, p. 11), um dos pontos diferenciais entre os dois modelos de ensino estudados é finalístico: “na universidade estuda-se para passar, garantindo-se o número de créditos necessários à obtenção do diploma superior”.

As apostilas e os livros esquematizados são compilados que abordam, de forma sucinta, os principais assuntos cobrados pelas bancas de concursos (MEIRELLES, 2004; NOGUEIRA, 2015). São característicos desses materiais a presença de quadros, tabelas, grifos e destaques que resumem o conteúdo. Segundo Nogueira (2015, p. 48), “eles são usados para anunciar um novo assunto a ser tratado”.

Na concepção de Araújo (2016), esses materiais considerados instrumentos de aprovação, providos de assuntos técnicos e normalmente acompanhados de conteúdo motivacional, tem se multiplicado constantemente, e geralmente possuem títulos indicativos, como “Direito Constitucional Descomplicado” e “Direito Constitucional para concursos”. Conforme Nogueira (2015, p. 31), “produzir motivação e se aproveitar dela são dois aspectos bastante presentes no mercado de concursos, além evidentemente das

tentativas de ensinar táticas de compilação”.

A proposta para este tipo pedagógico consiste na objetividade da transmissão dos conteúdos, de modo a priorizar a compreensão pragmática do conteúdo e o menor esforço possível do concurseiro. Divergem, portanto, dos clássicos manuais dogmáticos de direito, geralmente produzidos por juristas de notório saber, que apresentam capítulos extensos com o uso excessivo de citações de jurisprudências e de doutrinas similares e estrangeiras, o que não é algo que se preza nos ambientes de formação não tradicionais.

Em que pese a predominância do uso de apostilas e esquematizados nos cursinhos preparatórios, existem outros tipos de materiais escritos que são manuseados por concurseiros para a revisão de conteúdos, como os cursos e manuais jurídicos – “Curso de Direito Constitucional”, “Manual de Direito Constitucional” e “Direito Constitucional Esquematizado” –, que são recorrentes entre os postulantes às carreiras jurídicas e que evidenciam a influência do ensino jurídico tradicional nos cursinhos preparatórios (NOGUEIRA, 2015; MEIRELLES, 2004).

As apostilas para concursos e os Esquematizados imprimem esse método de exercícios de fixação objetivos, de conteúdos informativos e de modelos de memorização, já cobrados nos certames (FILHO, 2020; NOGUEIRA, 2015). Dessa forma, o grande objetivo dos materiais de cursinhos é a transmissão de informações de texto o menos complexo possível, de forma dinâmica, resumida e repetitiva. Comprime-se o conteúdo o máximo possível para se limitar ao exigido pelas bancas de concursos.

De maneira concretamente, os manuais utilizados nos modelos de ensino tradicionais possuem natureza documental de manuais e cursos jurídicos, são livros escritos pelos respeitados e analíticos juristas de notório saber, que geralmente apresentam capítulos extensos e conteúdos aprofundados. Apresentam, portanto, uma associatividade entre as fontes de autoridade: os textos de leis, as decisões judiciais e as interpretações doutrinárias.

Por outro lado, os materiais de ensino dos cursinhos jurídicos são diferentes porque apresentam, em sua ampla maioria, natureza documental de livros esquematizados e apostilas, evidenciando que este tipo específico prioriza materiais de conteúdos objetivos e de fácil memorização, possuindo capítulos abreviados, com ênfase em tabelas, quadros e esquemas que sintetizam os textos de um capítulo.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão dos trabalhos científicos sobre o ensino jurídico desenvolvidos no país aponta uma ampla bibliografia acerca do processo de formação institucional dos estudantes de Direito do Brasil. Apesar disso, constatou-se uma carência de pesquisas acerca dos modelos pedagógicos de aprendizagem e das práticas de ensino no âmbito dos cursos jurídicos. Desse modo, percebeu-se que as pesquisas sobre o ensino jurídico se concentram em abordagens a partir de diversas perspectivas acerca do processo de

aprendizagem institucional dos juristas em formação.

O estudo foi fundamentado em obras científicas sobre a pedagogia e os tipos de ensino ideais. Dessa forma, identificou-se três tipos de ensino: as pedagogias da transmissão, da formação e do conhecimento. A seleção de trabalhos acadêmicos acerca da pedagogia permitiu analisar os modelos pedagógicos existentes no campo jurídico nacional a partir de suas especificidades.

Por fim, o ensino no campo jurídico brasileiro se materializa a partir de tipos epistemológicos pedagógicos que se vinculam a metodologia de aprendizagem proposta para o modelo idealizado. Portanto, tem-se que os modelos de ensino dos cursinhos jurídicos são indicativos de um modelo característico dos tipos pedagógicos da transmissão. Por outro lado, as faculdades de direito refletem um tipo pedagógico voltado aos modelos de ensino de formação e de desenvolvimento. Assim, buscou-se demonstrar através das práticas pedagógicas dos profissionais de ensino as peculiaridades que constituem e que estão presentes nos projetos pedagógicos institucionais do campo jurídico profissional.

À vista disso, registre-se que o paradigma pedagógico baseado na competição, como forma de acesso aos cargos públicos, apesar de inscrita nos propósitos do ensino não tradicional apoiado puramente na transmissão dos conteúdos, abre-se de mão de uma formação humanística, desconecta de outras perspectivas, prevalecendo a sensação de competitividade, externando os mesmos elementos de crise do ensino jurídico tradicional.

REFERÊNCIAS

ALBERO, Brigitte; PEIXOTO, Joana. Uma abordagem sociotécnica dos ambientes de formação. Racionalidades, modelos e princípios de ação. **Revista Educativa**. Goiânia, v.14, n. 2, p. 229-253, 2011.

ALVES, Roseli Terezinha Michaloski; MUJABED, Daniele E. Urio; ROCHA, Saete Casali; O ensino jurídico e a pedagogia histórico-crítica. In: Maria Cecília Lorea Leite, José Octavio Van-Dúnem, Ana Clara Correa Henning. (Org.). **Contemporaneidade, imagens da justiça e ensino jurídico**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2016.

ANJOS, Felipe Burle dos; MENDES, Ana Magnólia. A Psicodinâmica do não-Trabalho. Estudo de caso com concurseiros. **Revista Laborativa**, Assis, v. 4, n. 1, p. 35-55, 2015.

ARAÚJO, Henny Nayane Tavares de. **A construção do ethos concurseiro: mérito e experiência moral da competição por cargos públicos**. 2016. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/9735/2/arquivototal.pdf>. Acesso em: 26 set. 2021.

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. 9. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

BITTAR, Carlos Alberto. A reforma oficial do ensino jurídico no Brasil. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, v. 90, p. 85-88, 1995.

BORDENAVE, Juan Enrique Dias. **Alguns fatores pedagógicos**. Capacitação em Desenvolvimento de Recursos Humanos CADDRHU, p. 261-268, 1999. Disponível em: <http://www.virtual.ufc.br/cursouca/modulo_3/GRANDI,1983.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2021

BOURDIEU, Pierre. **Para uma sociologia da ciência**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BOVE, Luiz Antonio. Uma visão histórica do ensino jurídico no Brasil. **Revista do Curso de Direito da Universidade Metodista de São Paulo**, v.3, n. 3, p. 115-138, 2006.

BRITO, Renato de Oliveira. O ensino jurídico no Brasil: análise sobre a massificação e o acesso aos cursos de Direito. **VIDYA**. v. 28, p. 78 – 87, 2008.

CARVALHO, Nathalie de Paula. Uma análise do ensino jurídico no Brasil. **RevJurFA7**. Fortaleza, v. 8, n. 1, p. 249-260, 2011.

CRUZ, Vitor. **Constituição Federal anotada para concursos**. 9. Ed – Rio de Janeiro: Ferreira, 2017.

DUTRA, Luciano. **Direito constitucional essencial**. 3. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2017.

FILHO, Florêncio Augusto. Aprimoramento cognitivo e concurseiros: um estudo etnográfico sobre o sujeito do desempenho em Vitória/ES. 2020. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Universidade Vila Velha, Vila Velha, 2020. Disponível em: <https://repositorio.uv.v.br/bitstream/123456789/502/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20FINAL%20DE%20FLORENCIO%20AUGUSTO%20FILHO.pdf>. Acesso em: 26 set. 2021.

FONTAINHA, Fernando de Castro; GERALDO, Pedro Heitor Barros; VERONESE, Alexandre; ALVES, Camila Souza. O concurso público brasileiro e a ideologia concurseira. **Revista Jurídica da Presidência**, Brasília, v. 16, n. 110, p. 671-702, 2015.

GOMES, Carolina Torquato Maia; TASSIGNY, Monica Mota. A crise do ensino jurídico no Brasil sob a perspectiva do uso do direito alternativo. **Prisma Jurídico**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 159-179, 2018.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Ensino jurídico e política partidária no Brasil: a Faculdade de Direito de Porto Alegre (1900-1937). Doutorado, 2005.

JÚNIOR, Dirley; NOVELINO, Marcelo. **Constituição federal para concursos**. 7. ed. ampl. – Salvador: Juspodvim, 2016.

LATOUR, Bruno. **The making of law**. Cambridge: Polity, 2010.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional esquematizado**. 24. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. As teorias pedagógicas modernas revisitadas pelo debate contemporâneo na educação. In: José Carlos Libâneo, Akiko Santos. (Org.). **Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade**. Campinas: Alínea, 2005.

MAIA, Mário Sérgio Falcão. **Humanismo, Existencialismo e Fenomenologia no Campo Jurídico Profissional**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

MAROCCO, Andréa de Almeida Leite. **Ensino jurídico no Brasil: desafios à formação do profissional do direito no século XXI**. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/94758/299272.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 26 set. 2021.

MASSON, Nathalia. **Manual de direito constitucional**. 8. ed. rev. ampl. E atual. -Salvador: Juspodivm, 2020.

MEIRELLES, Delton Ricardo Soares. Cursos jurídicos preparatórios: espaço de formação profissional, reflexo da deformação do ensino ou reprodução de ideais corporativos? In: XXVIII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2004, Caxambu. **Anais [...]** Caxambu: 2004, p. 1-21. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/papers-28-encontro/st-5/st12-4/3979-dmeirelles-cursos/file>. Acesso em: 26 set. 2021.

MENDES, Gilmar Ferreira; GONET, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 15. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 36. ed. – São Paulo: Atlas, 2020.

NOGUEIRA, Bruno de Oliveira Santos Paiva. **Concurseiros: motivos e métodos para ingressar no serviço público**. Dissertação. UnB. 2015.

OLIVEIRA, Ramon Rebouças **Nolasco de. Educação jurídica em contextos de inovação pedagógica e sociocultural: a experiência brasileira nas perspectivas docente e discente da FD-UNB e UFERSA**. 2019. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/37672/1/2019_RamonRebou%c3%a7asNolascodeOliveira.pdf. Acesso em: 26 set. 2021.

PARRA, Nélío. Por que modelos de ensino? **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 9, n. 1-2, p. 23-32, 1983.

PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito Constitucional descomplicado**. 16. ed. rev., atual. e ampl. - Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2017.

SARLET, Ingo; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de direito constitucional**. – 4. ed. ampl., incluindo novo capítulo sobre princípios fundamentais – São Paulo: Saraiva, 2015.

SILVA, Artenira da Silva e; SERRA, Maiane Cibele de Mesquita. Juristas ou técnicos legalistas? Reflexões sobre o ensino jurídico no Brasil. **Quaestio Iuris**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 2616-2636, 2017.

WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais. In: COHN, Gabriel. (Org.). WEBER, Max. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 2004.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ações inclusivas 232

Adaptar 8, 35, 163, 164, 198, 219, 237, 238

Aluno 24, 25, 26, 27, 30, 36, 37, 40, 42, 43, 106, 109, 111, 129, 130, 138, 141, 142, 143, 145, 146, 163, 167, 168, 172, 181, 184, 185, 186, 187, 197, 222, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 242, 244, 247, 250, 251, 252, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 263, 264, 265, 272, 277

Ambientes virtuais 7, 8, 122, 166, 190

Aprendizado 11, 12, 13, 17, 19, 25, 28, 30, 37, 64, 68, 69, 70, 73, 137, 138, 140, 142, 143, 167, 170, 171, 185, 230, 235, 238, 243, 257, 264, 267, 269, 270, 271, 273, 274, 275, 276, 277

Aprendizagem 2, 3, 4, 9, 12, 23, 30, 32, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 44, 61, 63, 65, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 76, 101, 102, 111, 112, 119, 120, 124, 125, 130, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 160, 162, 163, 164, 166, 168, 169, 172, 177, 178, 180, 181, 182, 185, 187, 188, 189, 191, 196, 197, 198, 199, 200, 205, 206, 207, 209, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 254, 256, 257, 258, 259, 263, 265, 266, 269, 270, 271, 275, 276, 277, 278

Aprendizaje 46, 47, 49, 50, 51, 52, 55, 56, 57, 58, 59, 210, 211, 212, 215, 228, 230

Aula invertida 229, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 270

Aulas remotas 98, 180, 181, 182, 187, 262

B

Baixa visão 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21

BNCC 6, 7, 61, 63, 64, 65, 69, 70, 71, 74, 163, 185, 218, 219, 227, 228, 229, 230

C

Campo jurídico profissional 116, 117, 119, 125, 126

Cibercultura 61, 63, 67, 68, 76

Clássicos 15, 124, 147, 148, 151, 161, 162

Competência digital docente 218, 219

Competências digitais 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 186, 187, 189, 222, 226

Cotidiano escolar 10, 62, 63, 65, 250, 259

Cultura 21, 27, 29, 38, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 109, 113, 114, 162, 169, 171, 173, 179, 181, 182, 185, 198, 222, 224, 225, 228, 229, 230, 232, 233, 234, 281

Cultura digital 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 71, 72, 73, 74, 75, 185, 228, 229

Cursinhos preparatórios 116, 124

D

Deficiência intelectual 250, 251, 252, 253, 254, 255, 258, 259

Deriva de sentido 90

Desenvolvimento 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 12, 13, 14, 15, 18, 20, 21, 23, 26, 36, 39, 42, 62, 66, 67, 69, 70, 72, 99, 102, 104, 106, 107, 112, 114, 119, 120, 125, 126, 145, 148, 149, 153, 160, 161, 162, 163, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 177, 179, 181, 184, 185, 188, 191, 196, 197, 198, 199, 202, 203, 204, 205, 206, 208, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 228, 229, 241, 242, 243, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 253, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 262, 263, 264, 266, 267, 268, 271, 277, 280, 281

Desigualdades sociais 1, 3, 8

Digital 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 29, 35, 36, 40, 41, 44, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 88, 130, 144, 180, 185, 187, 195, 218, 219, 220, 221, 223, 224, 225, 228, 229, 230, 231, 279

Discalculia 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 248, 249

Discurso 1, 3, 4, 6, 7, 8, 45, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 123, 227

Dualismo no ensino 1

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 73, 74, 75, 76, 91, 93, 94, 95, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 108, 110, 112, 118, 120, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 134, 135, 136, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 177, 178, 179, 180, 181, 185, 186, 188, 189, 191, 196, 197, 198, 199, 200, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 227, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 238, 239, 240, 241, 248, 249, 250, 252, 254, 255, 259, 260, 261, 270, 279, 280, 281

Educação ambiental 196, 197, 198, 199, 200, 204, 205, 206, 207, 208, 209

Educação básica 4, 6, 22, 23, 24, 25, 28, 30, 32, 40, 93, 138, 162, 199, 230, 240, 241, 260, 280, 281

Educação especial 10, 11, 147, 249, 254, 260

Educação inclusiva 249, 250

Education 1, 2, 10, 22, 23, 35, 36, 46, 77, 80, 81, 82, 83, 86, 87, 88, 89, 101, 105, 128, 140, 163, 180, 196, 197, 210, 222, 230, 232, 240, 251, 262, 277, 278

EJA 131, 140, 142, 143, 144, 145, 146

Ensino 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 12, 16, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 36, 37, 38, 39, 42, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 76, 98, 104, 105, 106, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133,

137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 163, 164, 165, 168, 169, 180, 181, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 204, 205, 207, 208, 209, 219, 220, 222, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 241, 242, 248, 249, 250, 251, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 262, 263, 265, 266, 269, 270, 271, 272, 276, 277, 279, 281

Ensino de literatura 22, 23, 24, 25, 28, 30, 32

Ensino manualesco 116

Ensino remoto 98, 164, 181, 186, 187, 188, 190

Ensino superior 7, 22, 24, 25, 30, 117, 132, 262, 270, 281

Estadística descriptiva 210, 215, 216

Estudio de casos 46, 48, 51, 52, 57, 59, 60

F

Faculdades de direito 116, 117, 125

Família 17, 18, 19, 26, 69, 75, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 148, 150, 152, 162, 171, 177

Fantasia 147, 149, 152, 160, 161

Formação docente 224, 232, 234

Formação inicial 43, 218, 219, 221, 230, 231

Formação leitora 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114

Formación de profesores 46

G

GeoGebra 190, 191, 192, 193, 194

I

Incentivo 104, 105, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 116, 144

Informação 1, 2, 3, 4, 8, 9, 29, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 64, 69, 73, 91, 115, 128, 129, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 181, 189, 218, 219, 221, 224, 227, 229, 233, 263, 265, 279, 280

Internet 2, 3, 5, 6, 9, 18, 35, 37, 39, 41, 42, 62, 63, 65, 67, 68, 73, 74, 89, 130, 133, 138, 140, 143, 144, 145, 146, 180, 181, 182, 185, 186, 188, 199, 201, 202, 214

Intervenção pedagógica 240, 241, 243, 246, 247, 248

Intervención educativa 46

J

Jogos didáticos 196, 198, 200, 204

Jogos educativos 206, 208, 209, 250

L

Latex 190

Leitura 3, 14, 15, 63, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 162, 164, 165, 177, 184, 186, 187, 205, 219, 223, 227, 228, 242, 243, 249, 257, 259, 267

Libras 232, 233, 237, 238

Literatura 9, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 103, 142, 143, 146, 147, 148, 149, 150, 153, 162, 175, 231, 246

Lúdico 149, 165, 177, 200, 206, 207, 240, 241, 245, 246, 247, 248, 249, 256, 257

M

Metodologia 3, 11, 13, 61, 90, 94, 101, 102, 104, 115, 119, 120, 123, 125, 128, 130, 131, 132, 133, 137, 138, 142, 150, 162, 167, 172, 179, 182, 188, 192, 200, 221, 229, 233, 236, 237, 238, 262, 263, 264, 268, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279

Metodologias ativas 182, 228, 229, 230, 231, 262, 263, 264, 269, 270, 272

Metodologia TBL 271, 272, 273, 276, 277

Mídia 36, 61, 62, 65, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 91, 182, 185, 186, 187, 188

Monitoria 190, 191, 192, 193, 194, 271

N

Nutrição 271, 272, 273, 276, 277

P

Pandemia 18, 61, 62, 63, 73, 90, 91, 93, 95, 97, 98, 99, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 181, 182, 194, 262, 265, 266, 270, 279

Prática pedagógica 36, 37, 41, 42, 43, 62, 68, 121, 144, 196, 198, 233, 236, 238, 260

Professores 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 12, 16, 20, 25, 30, 32, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 75, 90, 91, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 105, 110, 111, 112, 113, 118, 122, 123, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 161, 164, 165, 166, 175, 188, 191, 195, 196, 198, 199, 200, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 227, 229, 230, 231, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 245, 248, 250, 254, 256, 258, 259, 260, 262, 263, 264, 265, 266, 270, 272, 281

PROINFO 35, 36, 38, 39, 40, 41, 44

R

Recursos tecnológicos 39, 42, 74, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 143, 191

Redes sociais 210, 211, 213, 214, 215, 216

S

Silenciamento 90, 91, 95, 97, 100

Sociedade 2, 4, 8, 10, 20, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 35, 36, 37, 39, 65, 66, 67, 69, 70, 75, 76, 91, 92, 93, 94, 95, 101, 105, 107, 108, 109, 111, 114, 117, 118, 130, 167, 196, 207, 208, 218, 219, 221, 227, 228, 229, 231, 233, 237, 251, 252, 255, 259, 263, 279

Student training 77

T

Tecnologia 2, 3, 5, 7, 22, 23, 26, 35, 36, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 61, 63, 64, 66, 67, 74, 76, 98, 107, 128, 129, 130, 131, 138, 141, 144, 145, 146, 165, 177, 180, 181, 218, 221, 222, 223, 224, 228, 231, 239, 262, 263, 264, 265, 266, 279, 280

Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) 128

Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) 1, 2, 3, 4, 8

Tipos pedagógicos 116, 117, 119, 120, 122, 125

Transdisciplinaridade 22, 24, 28, 29, 30, 33, 126, 228

V





Videoaulas 133, 166, 180, 182, 183, 185, 186, 187, 188

Virtual reality 77, 78, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89

A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Gestão e práticas pedagógicas



-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora
Ano 2022

A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Gestão e práticas pedagógicas



-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br